

SISTEMAS INDUSTRIAIS LOCALIZADOS

O EXEMPLO FRANCÊS*

*Bernard Pecqueur***

O objetivo desta primeira avaliação dos sistemas industriais localizados (SIL) da França é evidenciar os laços que unem a estrutura industrial francesa e sua repartição no espaço nacional. Dessa ligação dependem as condições de difusão da inovação organizacional e tecnológica, o nível de flexibilidade/adaptação da indústria francesa face à integração européia (e, de forma mais ampla, à internacionalização das trocas) e, finalmente, os setores onde se verificam ganhos de produtividade.

O pressuposto desse método de observação é insistir no caráter disperso da industrialização. Isso tem como consequência levar-se em conta o tempo longo do desenvolvimento e das regulações institucionais parciais que caracterizam certas zonas infranacionais.

A dispersão opõe-se à concentração. Em outras palavras, a dispersão industrial desenha configurações diversas e, portanto, uma variedade de possibilidades de desenvolvimento industrial. Não há uma fatalidade da concentração nem um modelo único de desenvolvimento.

Aliás, a dispersão industrial sugere a idéia de **densidade** de atividade, que não se reduz ao porte das unidades de produção, mas necessita de uma definição precisa da densidade das relações interempresas.

Essas relações interempresas se constituíram em uma **historicidade**. Portanto, para compreendê-las, convém levar em conta trajetórias frequentemente antigas, que vão da proto-indústria à indústria moderna, passando pelas fases da revolução industrial. Por conseguinte, o caráter antigo ou tardio da industrialização em massa é muito importante. Da mesma forma, é indispensável levar-se em conta a evolução da base rural francesa, bem como as etapas das migrações internas (êxodo rural, imigração, etc.).

* Artigo traduzido do francês por Sueli Cassal.

** Pesquisador do Institut de Recherche Économique sur la Production et le Développement (IREPD) e Maître de Conférence à l'Université des Sciences Sociales de Grenoble.

A diferenciação das trajetórias de industrialização em um nível infranacional implica que se admita que haja níveis infranacionais de organização social, no bojo dos quais se elaboram estratégias de empresas em relação a seu meio ambiente. Há, portanto, **regulações parciais** ou locais imbricadas em regulações mais globais, nacionais ou internacionais.

Apresentaremos a territorialização da indústria francesa em três tópicos. No primeiro, declinaremos as características principais da inscrição espacial da indústria francesa, que constituem o contexto global no qual se situam os sistemas industriais localizados. Em um segundo momento, procuraremos avaliar o peso e a forma dos sistemas industriais localizados da França, bem como suas perspectivas de desenvolvimento. Enfim, o terceiro ponto situará algumas hipóteses de pesquisa sobre a especificidade francesa na elaboração histórica da paisagem industrial em sua estrutura e sua repartição, destacando um "efeito nacional" francês distinto dos que se observam na ex-Alemanha Ocidental e na Itália.

Generalidades concernentes à estrutura espacial da indústria francesa

Desde o aparecimento da crise econômica dos anos 70, observam-se mutações do tecido industrial relativas, de uma parte, às localizações geográficas e, de outra, aos modos de organização da indústria, principalmente no que tange ao porte das unidades de produção. Essas mutações — que voltaremos a abordar adiante — efetuam-se em um contexto histórico recente bem especificamente francês.

Ch. Stoffaës (1978) fala de uma "revolução industrial tardia, porém brilhante". Com efeito, contrariamente à Inglaterra e, mais tarde, à Alemanha, a França não conheceu o intenso movimento de migração camponesa em direção à indústria, ocorrido no século XIX e no início do XX. Em 1945, quase um terço da população ativa francesa permanecia ocupada na agricultura, enquanto essa proporção declinara a menos de 10% na maior parte dos países industrializados. Após o período de reconstrução, subsequente ao fim da Segunda Guerra Mundial, durante 10 a 15 anos, a indústria francesa experimentou um forte crescimento. Três circunstâncias favoráveis conjugaram-se então: os ganhos de produtividade na agricultura liberaram uma abundante mão-de-obra, a demanda de bens de consumo cresceu de forma significativa e a integração européia (Tratado de Roma, 1957) ampliou os mercados.

A industrialização não se contenta em seguir as melhores tendências da conjuntura, ela é igualmente uma construção das políticas do Estado (CARRÉ, DUBOIS, GRAVIER, 1947). Pode-se falar de um projeto industrial estatal facilitado pelo atraso cronológico da França, que permite uma comparação com as outras nações mais industrializadas. O Estado agiu tanto sobre a periferia quanto sobre a estrutura da indústria. A ação sobre a periferia incidiu essencialmente sobre as infra-estruturas, a gestão da moeda (as desvalorizações em cascata tiveram como objetivo aumentar a competitividade-preço nos mercados externos), a gestão social das mutações da agricultura e o recurso à imigração.

Com a crise, apareceram mutações profundas da paisagem industrial francesa do duplo ponto de vista da organização espacial e da organização das unidades de produção.

O espaço alterado

A **geografia industrial** da França, durante muito tempo, refletiu a hierarquia das atividades econômicas: as regiões ricas e as regiões de indústria pesada opostas às regiões pobres, predominantemente agrícolas. Desde o Segundo Império, pode-se segmentar a França econômica em duas partes, traçando uma diagonal do Havre a Marselha. O essencial dos pólos da França industrial antiga situava-se ao leste dessa linha. Do outro lado, encontravam-se ilhas industriais que, embora por vezes importantes, permaneciam acantonadas em zonas restritas no meio de uma paisagem rural. A preponderância do nordeste sobre o sudoeste reforçou-se pela presença da concentração parisiense. Esta última continua a exercer um extraordinário poder de atração, que fez com que se afirmasse que desequilibrava o território francês.¹ A indústria pesada drenava, até então, rural os empregos. Encontramos, pois, na parte leste, taxas de desemprego mais baixas e fluxos migratórios positivos. A França rural exilava-se em direção aos centros industriais sob o impulso da melhoria da produtividade agrícola e da concentração industrial ávida de mão-de-obra pouco qualificada.

É claro que essa representação em torno de uma diagonal é muito simplista e que inúmeras disparidades existem tanto ao leste quanto ao oeste. Contudo pode-se reter a imagem característica de um dualismo real, mas igualmente cultivado nos espíritos. Havia realmente, de um lado, a França industrial e industriosa, aquela das grandes fábricas, das massas operárias, das chaminés lançando fumaça, e onde dominam o aço e o carvão; de outro lado, a França do campo, das pequenas empresas artesanais e do êxodo rural. Essa oposição, sem ser completamente falsa, valoriza, entretanto, um modelo de desenvolvimento no qual a grande empresa gera em torno de si a atividade econômica e onde a indústria (no sentido de uma produção material, tangível) é a única atividade verdadeiramente criadora de riquezas.

Nos anos 60, a política de organização territorial na França tentou romper o dualismo do território francês. Essa política voluntarista de deslocamento de empregos mediante subvenções e vantagens fiscais permitiu a transferência de cerca de 400.000 empregos, principalmente em direção ao oeste. No entanto esse movimento encontrou seus limites, porquanto não saía do esquema intelectual dominante, no qual unicamente a implantação de grandes unidades (por exemplo, a Citroën em Rennes, Bull e Thomson em Angers, etc.) favorecia um desenvolvimento industrial.

¹ É a tese célebre do livro de J. F. Gravier, *Paris et le désert français*, Le Portulan, 1947.

Atualmente, os deslocamentos não são mais assim tão simples, pois a crise fez-se sentir. As prioridades mudaram; já não se trata de deslocar empregos, mas de mantê-los lá onde eles estão, sob pena de vê-los desaparecerem sem que ninguém se beneficie. As mudanças estruturais profundas que há alguns anos afetam o espaço econômico francês não são, pois, alheias a toda política voluntarista. Elas se impõem a todos e se manifestam, de início, pela inversão dos movimentos migratórios. A Lorraine, por exemplo, depois de ter atraído migrantes nacionais e estrangeiros, vê cada vez mais seus habitantes partirem em busca de trabalho, seja na região parisiense — que continua a exercer um poder de atração —, seja em direção ao sudoeste. A orla costeira de Nantes a Nice exerce uma sedução crescente, sobretudo junto aos executivos de empresa.

Comparando as evoluções do período 1965-75 às do período 1975-85, observa-se que o leque regional dos ritmos de progressão do emprego industrial tende a reduzir-se. Com efeito, são as regiões rurais (Loire, Bretanha, Centro, Baixa-Normandia, Poitou-Charentes) que resistem melhor, enquanto as regiões industrializadas (Franche-Comté, Alta-Normandia, Borgonha) sofrem graves rupturas de crescimento e as regiões tradicionalmente industrializadas conhecem uma queda acentuada de empregos industriais. A hierarquia tradicional que prevalecia há um século foi substituída por novas clivagens, visto que a "periferia" francesa se torna relativamente atraente. As mutações ocorrem igualmente no interior das regiões.

A título de exemplo, na região Rhône-Alpes, o pólo de Saint-Etienne está em declínio; a região de Lyon, tradicionalmente industrial, encetou uma vasta reconversão no âmbito do Setor Terciário superior, enquanto a faixa alpina, que vai de Grenoble a Annecy, dá mostras de dinamismos novos, como atesta o desenvolvimento da zona eletrônica ao norte de Grenoble, a vitalidade da bacia de Chambéry e a reconversão industrial dos desbastadores² do Vale do Rio Arve.

Essas transformações em curso não podem, pois, ser reduzidas a uma simples inversão dos fluxos de atividade de um lado da diagonal ao outro. De uma maneira geral, falar-se-á, de preferência, de uma reorganização em torno de uma mudança de diagonal.³ É como se a região parisiense estendesse sua zona de influência em direção ao noroeste, dando as costas ao sistema oriental e meridional em plena retomada econômica. Entre as duas, situar-se-ia aquilo que os geógrafos do grupo Reclus (ver nota 3) denominam de "diagonal árida", cortando a França das Ardenes ao Béarn.

A estrutura do emprego urbano modifica-se igualmente. Constatam-se, há alguns anos,⁴ o aumento do emprego secundário nas cidades médias e, conseqüentemente, a concentração da atividade terciária nas aglomerações urbanas acima de 150.000 habitantes. Da mesma forma, pode-se observar um deslizamento das localizações de atividades industriais em direção ao oeste e ao sudoeste francês (BERGER, 1989).

² Em francês *décolleteurs*, operários que cortam os brotos das raízes de plantas industriais, como a beterraba por exemplo (N.T.).

³ Essa idéia sobressai-se principalmente nos trabalhos exaustivos dos geógrafos do grupo Reclus de Montpellier (BRUNET, SALLOIS, org., 1986).

⁴ Dossê *Economie et Statistiques* (230), março 1990.

As mutações organizacionais

Paralelamente às estruturas espaciais, a estrutura industrial evoluiu rapidamente. No próprio seio das unidades de produção, as formas de gestão, as dimensões e as relações interempresas sofrem mutações que rompem com a evolução que parecia conquistada por volta do fim dos anos 60 (MESSINE, 1987; LORINO, 1989).

A tendência ao desaparecimento do artesanato e à concentração das empresas dominantes em cada setor foi, na França, um fenômeno de longo prazo encetado no início do século. Em 1966, contava-se apenas 27% de assalariados da indústria nos estabelecimentos de menos de 20 pessoas, contra 63% em 1906 (CARRÉ, DUBOIS, MALINVAUD, 1972). A concentração técnica acelerou-se nos anos 60, principalmente para as empresas de porte médio (de 500 a 1.000 assalariados). Essa aglomeração — de certa forma mais moderada do que nos outros países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) — foi acompanhada de grandes operações de concentração financeira, que mesclam intimamente o capital bancário ao capital propriamente industrial.

As PME ficaram marginalizadas nas tarefas de subcontratação ou foram obrigadas a se instalar em circuitos muito estreitos e, portanto, frágeis, deixados pelo esquadrihamento das grandes empresas e das firmas multinacionais. No início dos anos 80, 1.500 empresas francesas configuravam 90% de nossas exportações, excluindo praticamente desses mercados cerca de 45.000 PME (PARODI, 1981).

Essa situação de dependência estrutural das PME em relação aos grandes grupos inverteu-se no final dos anos 70. Em uma conjuntura de evolução rápida dos mercados e da internacionalização dos mesmos, as unidades de produção de grande dimensão mostraram dificuldades de adaptação (KERN, SCHUMANN, 1989).

A principal conseqüência da crise da grande dimensão, e de seus ajustes consecutivos será voltar a dar um espaço de desenvolvimento às PME. A participação das grandes empresas no nível de emprego total, longe de crescer como nos anos 60, declina na maioria dos países da OCDE. O fenômeno é primeiramente perceptível no Reino Unido — onde o setor artesanal se reconstitui após um longo declínio — e na Holanda. Mais tardiamente e de forma menos espetacular, as PMI reencontram um dinamismo demográfico em número de empresas e em volume de empregos criados nos outros países desenvolvidos (BAROIN, FRACHEBOUD, 1983).

Pode-se explicar essa inversão de hierarquia simplesmente pela expansão do desemprego que libera uma mão-de-obra no seio da qual se encontram criadores de empresas. A grande crise de 1929 provocara igualmente na Europa um movimento similar de aumento do número de pequenas empresas industriais. Entretanto muitos consideraram o re florescimento das PME como uma reviravolta completa, profetizando o fim das grandes unidades e o advento de um modelo de desenvolvimento fundado na multiplicação das PME criadoras de emprego.

É necessário matizar atualmente tais conclusões. Em primeiro lugar, as pequenas empresas criam menos empregos do que se pensa.⁵ Se o aumento observado de empregos

⁵ Conforme estudo do Instituto Nacional das Estatísticas e Estudos Econômicos (INSEE), publicado nas coleções do INSEE, 10/10, série *Entreprise*, 1988.

assalariados nas PME é bem real, tal aumento seria devido a um crescimento da participação dos assalariados nas empresas de menos de 10 empregados e à transferência do estatuto de não-assalariado. Assim, em 300.000 vagas suplementares computadas entre 1978 e 1983, 210.000 existiam anteriormente sob uma outra forma não assalariada. Por outro lado, a estabilidade desses empregos é fraca, pois a taxa de mortalidade das pequenas empresas permanece elevada.

Desse modo, contrariamente ao entusiasmo que suscitou e ainda suscita o dinamismo das PME, o essencial situa-se alhures. O reflorescimento do pequeno porte tem sobretudo o mérito de desmentir uma abordagem dualista das unidades de produção que prevalecia até hoje. A imagem da pequena empresa identificada com um universo arcaico, cuja contribuição ao desenvolvimento econômico permanece subalterna, está em vias de se esfumar. A evolução muito rápida e a capacidade de adaptação de certas categorias de PME (e não apenas nos setores *high tech*) permitem não mais opor as grandes empresas às pequenas e médias.

Com efeito, são novas relações que se tecem entre essas categorias de empresas. Em particular, a emergência de novas tecnologias redistribui as cartas. O aparecimento das técnicas telemáticas permite que centros de decisão se afastem dos pólos, mas permaneçam informados em tempo real, sem sofrer os custos ligados à implantação em uma grande cidade. A esse título, o teletrabalho a domicílio modifica as regras tradicionais de implantação espacial e pode favorecer um desencravamento de regiões mal servidas. De forma mais geral, a guinada da nova tecnologia não é feita unicamente pela grande empresa. Na medida em que as mudanças tecnológicas exigem a adaptação rápida a mercados completamente novos, fazendo apelo a qualificações radicalmente diferentes, as resistências tributárias do efeito de massa na grande empresa tornarão quase impossível o controle do processo. É claro, a grande empresa continua a inovar, mas ela é obrigada a respeitar ritmos e procedimentos ligados a seu porte: gerir sem conflito sua mão-de-obra, respeitar seus equilíbrios de longo prazo, valorizar seus investimentos pesados, etc. Não lhe é possível, pois, mudar tudo ao mesmo tempo.

Em compensação, certas PME podem mudar radicalmente de rota.

"Podemos, sem dúvida, dizer que as empresas antigas inovam menos que as recentes, e as grandes de forma mais regular e contínua do que as pequenas. É isso que gera, nos períodos de inovação intensa, a necessidade de relações originais entre grandes e pequenas empresas." (AYDALOT, 1985).

Em matéria de inovação, a partilha já é um fenômeno antigo. T.K. Quinn, antigo Vice-Presidente da General Electric nos Estados Unidos, escrevia no início dos anos 60:

"Quase não conheço nenhuma invenção original proveniente dos laboratórios das firmas gigantes, nem mesmo os barbeadores elétricos e as almofadas elétricas. O triturador de dejetos domésticos parece constituir a única exceção" (BORAN, SWEEZY, 1970).

Portanto, pode-se dizer que a crise da grande dimensão leva os grandes grupos a reestruturarem profundamente seus modos de gestão dos homens e das técnicas. Esse período é favorável à iniciativa das pequenas e médias empresas, mas sobretudo supera a oposição artificial entre a grande e a pequena estrutura. O conjunto das unidades de produção constitui *um continuum* ou, se preferirmos, um tecido produtivo. Essa noção de tecido coloca-se no primeiro plano das análises dos sistemas produtivos. Ela ilustra a complexidade das relações entre atores econômicos, que vai além da ligação puramente mercantil.

A industrialização dispersa

Essas evoluções espaciais e organizacionais fazem aparecer contrastes entre as zonas que sofreram com a crise e as que resistiram às dificuldades e operaram uma mutação.

Na periferia das zonas tradicionalmente industrializadas, desenvolveram-se espontaneamente zonas de indústria dispersa, nas quais dominam as pequenas e médias empresas. Essas zonas, cujo desenvolvimento geralmente não é alavancado por uma empresa líder, resistiram razoavelmente bem à crise, e encontramos, inclusive, espaços de industrialização dispersa que se criaram a partir de 1975, em reação à crise. Esse modo de industrialização opõe-se ao processo geralmente constatado desde a revolução industrial, porquanto se funda em uma desconcentração da atividade produtiva em múltiplas unidades independentes e de pequeno porte. Esse fracionamento acompanha-se de um relaxamento das normas de controle social do processo de trabalho. Enquanto nas zonas tradicionalmente muito industrializadas a acumulação vem acompanhada de uma disciplina do trabalho que tende a codificar a relação salarial dentro de normas rígidas,⁶ a industrialização dispersa desenvolve-se nas margens de relaxamento da disciplina, utilizando uma gama de meios que vai do ateliê taylorizado ao trabalho a domicílio e mesmo ao trabalho clandestino.

A industrialização dispersa não é somente um estado de fato, é, sobretudo, um processo. Esse fenômeno consiste em uma passagem, uma mutação. Esse modo de dispersão industrial apareceu em zonas preponderantemente agrícolas, que tinham conservado uma forte densidade de população ativa jovem. A Itália "do meio" — situada entre o Mezzogiorno e a Itália do norte — beneficia-se, desde os anos 50, de

⁶ Essa disciplina está ligada à globalização das negociações entre assalariados e empregadores na maioria dos países industrializados. O contrato fordista implica que, em troca de uma garantia de progressão do poder de compra, o empregador determine as normas de organização do trabalho que possibilitem os ganhos de produtividade que pagarão os aumentos de salário real. Esse contrato estava implícito no centro das negociações sindicais empreendidas em níveis nacionais, principalmente nos Estados Unidos, em 1968. Pode-se encontrar uma boa ilustração da disciplina do trabalho na grande empresa e da rigidez que ela engendra em *L'Établi*, de R. Linhart (1978).

condições favoráveis ao desenvolvimento de iniciativas individuais. A abertura internacional das trocas e uma grande disponibilidade em mão-de-obra são fatores estimulantes, que se conjugam com uma tradição histórica. Com efeito, essa região corresponde à "Itália das comunas", rica de uma prática antiga de organização social fundada na solidariedade familiar e no espírito de empresa (da época em que os lombardos eram os banqueiros da Europa). De uma certa maneira, o atraso da grande industrialização nessa região permitiu uma integração progressiva do campesinato aos circuitos comerciais e à indústria de pequeno porte.

Na França, a região de Cholet — que permanece, entretanto, um caso excepcional — conheceu um fenômeno de mesma natureza. A indústria do calçado transformou os agricultores em operários da indústria, sem que houvesse ruptura com o mundo agrícola. Para isso, numerosos ateliês repartiram-se nos vilarejos. O florescimento de um grande número de pequenas empresas explica-se, também nesse caso, pelo substrato cultural dessa região, ensimesmada e fortemente estruturada por uma tradição religiosa de solidariedade familiar (MINGUET, 1985).

Em Portugal, a industrialização dispersa desenvolveu-se nas regiões do litoral norte e centro. O que significa que ela não aparece nem nos centros altamente industrializados, onde a força de trabalho foi proletarizada (principalmente em torno de Lisboa), nem nas regiões interiores do norte e do centro, onde as economias familiares e agrícolas são fortemente dependentes das receitas da emigração que esvaziou a economia de uma grande parte de sua população ativa. Assim, quando a tradição de solidariedade familiar se conjuga com uma população jovem e ativa, encontra-se uma estruturação local da economia que faz apelo a uma matriz de formas de produção que abrange o sistema das pequenas empresas, das atividades artesanais e da pequena agricultura e onde o modo de reprodução dominante se baseia na combinação das receitas fatorias (receitas do trabalho assalariado e receitas da empresa) com outros suportes de reprodução obtidos mediante atividades informais, como, por exemplo, a pequena agricultura complementar.

Durante o período de liberalização da economia pelo regime do General Franco (1960), as regiões de Valência e de Alicante (Espanha) conheceram um desenvolvimento segundo o modelo de industrialização dispersa (HOUSSEL, 1983). O fortalecimento de indústrias de transformação tradicionais, como o calçado, a confecção, a indústria do mobiliário ou a pequena metalurgia, foi beneficiado pela abertura ao mercado norte-americano e por um diferencial favorável sobre os custos de produção (em particular o nível de salário).

Essas diferentes zonas situam-se na Europa do sul, em países que partilham uma mesma característica: existem espaços rurais dinâmicos, uma tradição de empreendimento e uma reserva de mão-de-obra não esgotada pela emigração e cujo custo de reprodução é relativamente baixo. Entretanto o fenômeno da industrialização dispersa não está ligado unicamente a essas condições. Com efeito, encontramos seus traços, mais recentemente, ao mesmo tempo em países há pouco industrializados (Coreia do Sul, Taiwan, Brasil) e em países desenvolvidos (Estados Unidos, Japão, França).

Nos países desenvolvidos, industrializados de longa data, a indústria espontânea desenvolve-se em regiões atingidas pela crise. O motor não é aqui, essencialmente, a busca de flexibilidade jogando com os baixos salários ou o trabalho clandestino ou no

"mercado negro", mas, antes, uma nova capacidade de inovar. Essa capacidade esteia-se em mecanismos coletivos de mutação de *savoir-faire* e de enxameação⁷. Assim, na Suíça, a região relojoeira do Alto-Jura procedeu a uma reconversão da micromecânica à microeletrônica, sem que o processo tenha sido federado por uma concentração devida a uma empresa líder. A tradição histórica do *savoir-faire* relojoeiro desempenhou um papel essencial na assimilação de tecnologia nova.

Nos Estados Unidos, são dezenas de regiões que vivem uma revitalização do tecido de PME por adaptação maciça às novas tecnologias. No Michigan, por exemplo, 97% dos empregos encontram-se em empresas de menos de 500 assalariados, sendo que 60%, nas de menos de 20 assalariados! Nesse estado, uma nova geração de PME-PMI desenvolve-se em mercados especializados (os "nichos tecnológicos"). A retomada do tecido por industrialização espontânea apóia-se em uma tríplice cooperação: a cooperação científica com os grandes grupos permite às PME beneficiarem-se do potencial dos laboratórios de P&D. As estruturas das PME freqüentemente possibilitam-lhes melhor adaptar o fruto de sua pesquisa e a dos grandes grupos para a realização das produções em pequena escala. A inovação combina aqui o "achado" tecnológico e sua aplicação à produção. A cooperação industrial permite, mediante acordos de *joint-venture*, uma realização conjunta não somente entre grandes grupos, mas também com as PME, de uma forma menos dependente do que a subcontratação. Enfim, a cooperação política incide sobre objetivos de renegociação de um compromisso social.

Na França, o fenômeno da industrialização dispersa procede do mesmo modelo que na Itália, em Portugal ou na Espanha, na medida em que a industrialização concerne a espaços rurais ou semi-rurais, nos quais existia uma sólida tradição empreendedora, uma mão-de-obra disponível e ativa e a ausência de estruturas polarizadas onde domina a grande empresa. Entretanto, diferentemente da Europa do sul, a margem de manobra no tocante às condições de trabalho é muito mais estreita. A busca de flexibilidade não pode desembocar em uma extensão significativa do trabalho clandestino a domicílio. Na França, os poderes públicos hesitam entre a condenação do trabalho no "mercado negro" e a implementação de uma legislação do trabalho mais maleável. Essa desvantagem é compensada pelo aparecimento de um patronato que vai procurar redirecionar as produções para mercados nos quais as PME terão uma vantagem comparativa.

"Na gama de produções que lhe é acessível, o novo patronato não se preocupa com os hábitos adquiridos nem com as regras em voga. A indústria espontânea é essencialmente inovadora. Ela orienta-se para bens de consumo cuja demanda está em forte crescimento, como a malha ou os eletrodomésticos. Ela está pronta para responder à evolução dos gostos do consumidor (...). Para os bens de equipamento, trata-se de produtos cujos mercados são demasiadamente restritos para se prestarem à produção em

⁷ Enxameação refere-se aos jovens que se lançam na atividade empresarial, por analogia às jovens abelhas que, na primavera, abandonam a colméia onde nasceram para formar uma nova (N.T.).

grande escala, como o trator rebocador ou o barco de recreio, ou esferas em que novas necessidades e novos procedimentos aparecem como a construção civil ou a máquina-ferramenta." (HOUSSEL, 1984).

No tocante às máquinas-ferramentas, o êxito de Potain é exemplar. Essa empresa, situada no coração dos Montes do Beaujolais e do Charolais, tornou-se a primeira produtora mundial de guindastes. Uma pequena equipe de pesquisa e um serviço técnico-comercial de alto nível conseguiram não apenas conquistar uma posição dominante no mercado interno francês, mas também eliminar a grande indústria de seus próprios mercados. Jogando com uma forte agressividade comercial conjugada com custos de estruturas e de mão-de-obra mais baixos, Potain compeliu os Estados Unidos a abandonarem a fabricação de guindastes de torre.

A adaptabilidade e a inovação manifestam-se igualmente a propósito da gestão da relação salarial nas empresas (o "crédito de horas", que é uma transferência entre períodos de pico e os períodos de baixa produção, o "contrato inflação", que atrela o aumento adicional do salário aos resultados da empresa, os "fundos de crédito à empresa" alimentados pelos assalariados, etc.). Esse dinamismo das PME não está, entretanto, a salvo das dificuldades. Certas empresas com bom desempenho podem desaparecer a partir do momento em que não puderem encontrar vantagens comparativas suplementares em relação a seus concorrentes no contexto atual de internacionalização das trocas. O processo de industrialização dispersa é uma dinâmica que exige, por parte dos homens de negócios, uma capacidade permanente de inovação para se adaptarem às mudanças.

Arrolamos até aqui alguns exemplos de situações contrastantes, onde se exprime o fenômeno da industrialização dispersa ou espontânea. Existem outros. Podemos avançar a idéia de que essa forma de acumulação e de valorização da produção não é o apanágio de um único tipo de sistema produtivo nacional. Em uma primeira análise, podem-se distinguir dois espaços de industrialização dispersa: de uma parte, o meio rural onde a industrialização dispersa pôde se desenvolver graças a condições de custos de produção favoráveis, às margens do movimento de industrialização de tipo polarizado (Europa do sul, França); de outra, e mais recentemente, o meio urbano foi atingido pelo fenômeno, como uma forma de adaptação à crise econômica mundial. Essas zonas urbanas são herdeiras de um meio ambiente industrial na base do qual se desenvolveram a inovação e uma capacidade de produção exportadora. Nesse caso, quer a produção espontânea se beneficia do relaxamento ou da ausência do controle social sobre as condições de trabalho para obter uma vantagem comparativa (Brasil, Coréia do Sul, Taiwan), quer tal vantagem é propiciada mediante uma dinâmica de inovação que coopera com a grande empresa e joga com sua estrutura maleável para se adaptar (EUA, França).

As formas rurais e urbanas da indústria espontânea viram sua arrancada se suceder cronologicamente, mas coexistem atualmente. Para identificar corretamente o fenômeno, convém procurar detectar o que faz a unidade dessas situações diversas. Esse modo de industrialização marca os limites do desenvolvimento polarizado alavancado pela grande empresa. Ele aparece como a manifestação de uma crise da economia, porém não é somente uma economia de crise. Trata-se de um processo de mutação cujas características permanentes permitem formular a hipótese de um modelo específico de

desenvolvimento. A industrialização dispersa define-se, para além de suas formas variadas, por duas constantes: de uma parte, a busca de flexibilidade e a capacidade de inovar e, de outra, a busca de solidariedades espaciais. A análise dessas duas características não pode ser dissociada de uma abordagem em termos de meio econômico. A noção de território produtor de solidariedades espaciais está no cerne desse fenômeno.

Levantamento dos sistemas industriais localizados da França

Pode-se definir o sistema industrial localizado como uma configuração de empresas agrupadas em um espaço próximo, em torno de um setor industrial. Essas empresas interagem entre si e com seu meio sócio-cultural de inserção. Essas relações não são apenas mercantis; freqüentemente são informais e produzem externalidades positivas para o conjunto das empresas. O setor industrial dominante não exclui a possibilidade de existência de vários ramos industriais (por exemplo, na região de Cholet, o calçado e o *prêt-à-porter* coexistem e formam o setor industrial do vestuário).

Via de regra, em tais sistemas, há homogeneidade dos portes de empresas. Trata-se de sistemas de PME. Não se pode, entretanto, excluir a possibilidade de existência de relações entre grandes empresas e grupos de PME em uma relação diferente da subcontratação tradicional. Se o fenômeno pôde ser observado na ex-Alemanha Ocidental, o mesmo não ocorreu na França (GUEGAN, ROUSIER, 1989).

Os SIL tradicionais

Uma primeira abordagem é possível a partir de critérios estritamente quantitativos. Utilizando a **Enquete Anual de Empresa** (EAE) (INSEE, 1985), obtém-se um levantamento por *bassin de l'emploi* e por ramo de atividade (NAP 600).

Adotam-se os critérios seguintes por *bassin de l'emploi*:

- um ramo de atividade ultrapassa 10% do emprego total da bacia;
- a atividade da bacia representa pelo menos 5% do emprego nacional do setor;
- o ramo ocupa pelo menos 10 estabelecimentos com mais de 10 assalariados.

Encontramos, então, 44 bacias de empregos que respondem a essas características.

Essa abordagem dos SIL comporta inúmeros limites, mas permite, todavia, algumas conclusões sobre a estrutura industrial francesa. Os limites devem-se essencialmente ao estado das estatísticas existentes. As nomenclaturas de atividades e o sistema implementado pela EAE não permitem evidenciar concentrações territoriais de empresas em torno de novas esferas de atividades: novas profissões que articulam vários saberes e atravessam várias atividades, como a informática, a robótica, agrupando atividades de serviço, de P&D, de produção e ensino, por exemplo.

A imagem da organização espacial da indústria francesa fornecida pelo levantamento da EAE de 1985 é, na verdade, profundamente marcada pela história; são as tendências pesadas do passado que são evidenciadas, mais do que as transformações recentes: se numerosas "especialidades industriais" regionais desapareceram, certos SIL identificados em nosso estudo já eram mencionados em **Le Tour de France par Deux Enfants (A Volta da França por Duas Crianças)**, redigido por G. Bruno em 1977, para o curso secundário.

Toda nomenclatura de atividades é datada e não permite referenciar aquilo que evolui; a hipótese sobre um modo de organização em SIL, característica, na história do capitalismo, das fases iniciais do ciclo produtivo ou das fases de inovações maiores, não pode, portanto, ser testada.

As conclusões principais evidenciam a fragilidade dos sistemas industriais localizados. Com efeito, o número do SIL deve ser comparado com as 76 bacias de empregos dominadas por um ou dois estabelecimentos que ocupam mais de 5% dos empregos nacionais do ramo que representam.

Resulta, portanto, que o peso dos grandes estabelecimentos continua determinante na maior parte das zonas industrializadas.

Aliás, a maioria desses SIL estão em crise. Com exceção das grandes aglomerações, menos de uma dezena parece manter suas capacidades de evolução positiva e a quase-totalidade dos mesmos caracteriza-se por um nível consideravelmente baixo de qualificação da mão-de-obra.

Além dessas dificuldades, os SIL conservam características próximas às de seus equivalentes italianos e alemães.

As diversas especialidades da indústria têxtil são as mais favoráveis a essa organização territorial. Dezesseis bacias de emprego encontram-se nesse caso: indústrias de lã, algodão, renda, seda, malha, etc.

Confecção: St. Omer, Vendée Est.

Fundição e trabalho dos metais: 4 Z.N.E.

Indústria do calçado: Cholet.

Cutelaria: Thiers.

Fabricação de louça doméstica: Limoges.

Preparação do ferro e siderurgia: Thionville.

Indústria moveleira: Neufchateau.

Indústria relojoeira: Besançon, Morteau.

Fabricação de óculos: St. Claude.

Fabricação de barcos de recreio: Vendée Oust, La Rochelle.

Produção de pedras de construção: Fougères.

Aeronáutica: Toulouse.

Indústria do couro: Albi, Carmaux, Millau.

Fabricação de objetos plásticos: Oyonnax.

Desbastadores: Vale do Arve.

Fabricação de material elétrico: Grenoble.

Indústria de papelaria: Orange, Rouen, Grenoble.

Fabricação de perfumes: Cannes, Antibes.

Fabricação de pinturas, esmaltes: Sul Oise.

Indústria de torneiras, objetos de ferro, latão, cobre, zinco, etc. Vimeu.

São **principalmente** as indústrias de bens de consumo que dependem desse modo de organização, por concentração territorial de empresas.

A abordagem por bacia de emprego fragmenta a visão da repartição geográfica dos SIL. Projetados sobre o mapa da França, constata-se que certos SIL abrangem várias bacias contíguas e com mesma característica setorial:

- **Zonas de Troyes e do Sudoeste da Champanha** - formam tão-somente um único sistema industrial territorial em torno da malha;
- **Zonas de Épinal e de Remiremont-Gerardmer** - podem ser agrupadas em um mesmo conjunto territorial, dominado pela indústria do algodão;
- **Zonas de Besançon e Morteau** - formam um conjunto relojoeiro;
- **Zonas de St. Claude e D'Oyonnax** - sofreram uma evolução comum do trabalho da madeira em direção à fabricação de objetos em matéria plástica;
- **Zonas de Cholet e da Vendée** - formam juntas um sistema territorial da indústria do calçado.

Enfim, as **Zonas D'Castres e Milaa** pertencem a uma região que, historicamente, a partir da criação de ovinos, desenvolveu o comércio e a transformação do couro e da lã.

A localização dos SIL é coerente com um desenvolvimento industrial de tipo disperso. Encontramos manchas de desenvolvimento. Esse fenômeno ratifica a idéia da importância do ambiente sócio-cultural na constituição de sistemas de PME. Embora, na França, a densidade desses sistemas repartidos no território nacional seja particularmente baixa, constatam-se formas persistentes de industrialização dispersa que não nos permitem relegar os SIL a uma arqueologia da indústria. Muito pelo contrário, essa persistência, apesar do peso das políticas estatais, é realmente o sinal da existência de trajetórias de industrialização que nunca foram dominadas pela norma fordista e que apresentam um modelo original de adaptação sócio-cultural às mutações internacionais das trocas.

Thiers, um SIL tradicional em torno da cutelaria

Em torno da Cidade de Thiers (Puy de Dôme), 250 empresas trabalham na cutelaria. Esse conjunto ocupa mais de um terço dos assalariados dessa zona e assegura mais de 60% da produção francesa desse ramo. Trata-se, aqui, de uma forte concentração de PME (nenhuma empresa domina as outras de maneira decisiva), mas também de uma mobilização mais ampla, em que inúmeras pessoas trabalham — seja como artesãos, seja *à façon* e a domicílio (principalmente para a montagem das peças da faca) — para vários contratantes locais.

O jogo de atores aqui é dinâmico, no sentido de que a concorrência é feroz, mas permanece disciplinada por um certo número de regras implícitas de cooperação (em particular as transferências de atribuição em subcontratação mútua por ocasião de períodos de grandes encomendas). Além disso, existem instituições atuantes, como a Casa dos Cuteleiros: recinto de memória do ofício (museu), mas também elo de criação, em ateliês, e de fabricação de protótipos. Nesse espaço, os operários podem criar a faca que desejam fabricar, e os artesãos da cidade têm autorização para copiar os modelos que foram imaginados. A Casa dos Cuteleiros é também um local de pesquisa onde se elaboram melhorias na qualidade dos aços.

A atividade de cutelaria dá lugar ao desenvolvimento das atividades do trabalho dos plásticos e das resinas, elementos indispensáveis para os cabos de facas. Portanto, há uma diversificação diretamente induzida pela atividade principal.

A dinâmica dos atores protege relativamente o sistema de uma concorrência internacional cada vez mais intensa. Com efeito, as 250 empresas propõem, no total, 20.000 modelos à clientela, e a estrutura em PME confere uma maleabilidade excepcional de reação frente à demanda. Os SIL de Thiers podem reabastecer em poucas horas qualquer comércio atacadista na França, coisa que não podem pretender os produtores de Taiwan. Assegurando o lançamento de três ou quatro modelos novos a cada ano, os cuteleiros de Thiers animam e dominam o mercado, exportando 25% de sua produção para um mercado mundial em expansão.

Caminhando para uma retomada dos SIL na França?

Como mostramos, os SIL oriundos da industrialização dispersa na França existem realmente, mas permanecem em pequeno número e sem perspectiva decisiva de desenvolvimento e enxameação.

Entretanto, o levantamento feito pela EAE limitou a capacidade de observação aos ramos (NAP 600) da indústria, sem poder aprofundar a investigação, de uma parte, sobre os serviços na indústria e, de outra, sobre as zonas multisetoriais. Assim, a possibilidade de emergência de SIL urbanos fica descartada. Entretanto as cidades são territórios interessantes sob dois aspectos: elas podem concentrar um número elevado de empresas de porte variado, trabalhando em um mesmo setor de atividade (as empresas em questão jogam, assim, com economias de aglomeração e de urbanização); e os sistemas industriais territoriais podem constituir-se, adaptar-se e evoluir conjuntamente.

Mas essas concentrações setoriais, devido à grande variedade das atividades econômicas características das cidades, não podem, em caso algum, ter os efeitos negativos da monoidústria, isto é, uma dependência muito forte de uma sociedade local em relação a uma atividade econômica única.

Observando as características dos sistemas urbanos constituídos mais recentemente, pode-se levantar a hipótese do aparecimento de uma segunda geração de SIL (PECQUEUR, 1989). Seu nascimento ocorreu em um contexto diferente do da industrialização dispersa.

Seu desenvolvimento repousa em um "salto tecnológico", isto é, a adoção de tecnologias que se demarcam, de saída, dos *savoir-faire* acumulados localmente. Essa escolha permitiu às empresas economizarem a fase de adaptação das estruturas às inovações dos processos de produção. Disso decorrem características diferentes dos sistemas de indústria dispersa, que se podem resumir da forma apresentada no quadro a seguir.

Embora a origem seja diferente, as principais características são as mesmas. O tempo longo do desenvolvimento desempenha seu papel, já que a maturação das atividades novas leva pelo menos uma geração e se apóia em um passado industrial mais antigo (ver, mais adiante, o exemplo de Grenoble).

Quadro

DISCRIMINAÇÃO	DÉCADAS DE 50 E 60	DÉCADAS DE 70 E 80
Tipo de savoir-faire	Valorização de um savoir-faire obreiro (empresário/engenheiro)	Valorização de um savoir-faire
Tipo de produtos	Produtos tradicionais	Produtos novos
Processo técnico	Mutações tecnológicas e inovação	"Salto tecnológico"
Evolução da mão-de-obra	Baixa perda de mão-de-obra, admissão regular	Baixa admissão no curto prazo
Mobilização do capital	Mobilização interna do capital	Mobilização interna e externa do capital

As redes dominantes que estruturam as relações de atores nesse caso são familiares, mas antes profissionais. As convivências estabelecem-se com base em formações tecnológicas comuns, em uma identidade de práticas profissionais ou, ainda, de origens universitárias semelhantes.

O sistema insere-se na cultura urbana. Os poderes públicos tendem a desempenhar um papel importante como parceiros.

O papel de "incubador" caracteriza bastante bem esse tipo de sistema, na medida em que a difusão dos projetos de empresas provém frequentemente das próprias empresas. A mobilização dos recursos estratégicos não se faz, portanto, diretamente a partir das estruturas de solidariedade social que cercam a empresa, mas, sim, a partir de práticas internas às empresas, vindo em seguida a induzir solidariedades sociais. A cultura de empresa vem substituir a cultura familiar.

Os sistemas de incubação são essencialmente urbanos. Seu desenvolvimento corresponde à emergência de uma competição de cidades (aglomerações) e não de regiões entre os territórios de países industrializados. Como para os SIL de industrialização dispersa, esses sistemas se opõem ao modelo fordista de industrialização, pois valorizam a confluência das diferenças ao invés da uniformação. Eles se apoiam em meios humanos ricos por suas variedade e complexidade.

O levantamento desses sistemas na França (sistemas de cujo aparecimento fazemos a hipótese) é bastante delicado por duas razões. Em primeiro lugar, um método de investigação precisa ainda deve ser elaborado em conjunção com as estatísticas existentes (estatísticas que quase não se adaptam às análises horizontais desse tipo). Em segundo lugar, existe na França aquilo que poderíamos chamar de "falsos amigos", no sentido lexicológico do termo. Trata-se das tecnópolis. Estas últimas apresentam-se freqüentemente como projetos voluntaristas, sobre os quais é muito cedo afirmar que o "enxerto" pegou e que as empresas e as instituições implantadas efetivamente entraram em sinergia com o meio local.

Na falta de uma pesquisa mais sistemática, não se pode senão permanecer no estágio da intuição e da observação empírica. Dentro dessas limitações, fica claro que a dinâmica urbana gera SIL multissetoriais, seguindo, assim, um movimento geral de fortalecimento das cidades como poder econômico em vias de autonomia na maior parte dos países industrializados (BALLIGAND, MAQUEART, 1990).

Um SIL da segunda geração: a aglomeração da região de Grenoble

A Zona para a Inovação e as Realizações Científicas e Técnicas (ZIRST) da Região de Grenoble estende-se em 70 hectares, com uma reserva de expansão de 45 hectares. As instalações cobrem cerca de três hectares de área construída e abrigavam, em 1987, 138 empresas que empregavam 3.142 assalariados.

Setenta por cento dessas empresas são criações de empresários individuais; 28% são filiais ou estabelecimentos de grandes grupos e 2% são diretamente oriundas de centros de pesquisa. Não existe empresa líder, já que se encontram 85 estabelecimentos com menos de 10 assalariados; 47, de 10 a 20 assalariados; oito, de 50 a 100 assalariados; e somente quatro com mais de 100 assalariados.

Foi por volta de 1969 que nasceu a idéia de uma zona privilegiada reservada às empresas ditas de alta tecnologia, a fim de valorizar industrialmente o potencial importante de cérebros concentrado na região de Grenoble, devido à Universidade, ao Instituto Nacional Politécnico, aos Centros de Pesquisa Públicos (CEA, CNRS, etc.), aos laboratórios de pesquisa privados (Air Liquide, Sogreah, etc.) e às empresas produtoras e usuárias de tecnologias, como Merlin-Gerin. Essa criação, que se fez por etapas até a verdadeira arrancada da ZIRST, por volta de 1975, associou os poderes públicos locais, as instituições locais de organização territorial e as dos agentes financeiros locais e nacionais, principalmente a Caisse des Dépôts et Consignations e o Crédit National.

As sinergias interesempresas manifestam-se de múltiplas maneiras. Primeiramente, por um efeito de atmosfera interna à zona. Contrariamente aos mitos tenazes nos meios tecnopolitanos, o "efeito cantina", que consiste em criar locais de encontro informais para o intercâmbio de informações, funciona muito pouco ou de forma alguma, pois a concorrência desempenha seu papel. Os procedimentos tecnológicos têm valor mercantil e não são intercambiados espontaneamente. Trata-se, antes, de afinidades profissionais entre os homens oriundos das mesmas formações, falando a mesma linguagem.

As sinergias desenvolveram-se entre esse conjunto de microempresas e o ambiente científico-industrial: as grandes empresas presentes na aglomeração da região de Grenoble (Merlin-Gerin, Hewlett-Packard, Bull, etc.), bem como as estruturas de formação e de pesquisa pública e privada. Além da enxameação que permite a tal engenheiro ou a tal universitário lançar-se na aventura empresarial, encontram-se os processos de regulação específica assinalados a propósito

da Silicon Valley, embora numa escala reduzida. A aventura industrial nas atividades de pesquisa tecnológica é uma virtude integrada à cultura do conjunto da aglomeração urbana.

O sistema industrial localizado na incubação da aglomeração da região de Grenoble não nasceu de forma fortuita, nem mesmo unicamente da solicitude dos políticos locais e dos organizadores territoriais. O tempo longo do desenvolvimento encontra aqui também sua necessidade. Com efeito, a industrialização da região de Grenoble no século passado continha, no germen, a configuração atual.

Nos meados do século XIX, Grenoble permanecia alheia às transformações industriais, por falta de matérias-primas disponíveis em quantidade suficiente (nem ferro, nem carvão), e vítima de um encravamento dificilmente contornável. O controle relativamente tardio da hulha branca (energia hidrelétrica) será o ponto de partida do destino industrial da região. A indústria papelreira instalada há muito tempo nos Alpes vai ser confrontada com a necessidade de recorrer à mecanização para incrementar sua produtividade. A hidrotecnicidade domesticada geraria *sa-voir-faire* múltiplos, que são as raízes do sistema industrial localizado atual.

O "efeito nacional" sobre a estrutura industrial francesa

Em comparação com seus vizinhos, tanto Alemanha quanto Itália, a França aparece como um país globalmente muito industrializado, mas com uma fraca densidade industrial. Os grandes grupos, em sua maioria emanção de políticos estatais, dominam um tecido industrial bastante frouxo. Nesse cenário, superpõem-se antigos pontos de ancoragem da indústria tradicional (recobrando de forma bastante fiel os SIL de origem da industrialização dispersa) e algumas zonas urbanas inovadoras ou SIL incubadores corretamente inseridos em uma cultura local. Podemos nos interrogar, portanto, sobre a relação que existe entre o estado estrutural da indústria e as políticas públicas industriais e de organização territorial, antes de levantar pistas de reflexão sobre as mutações futuras a serem promovidas pela ação pública.

O espaço econômico gerido pelo centro

A construção da indústria do Pós-Guerra na França é marcada pela ação central da Délégation à l'Aménagement du Territoire Régional (DATAR) e por sua "geografia voluntária". No contexto da reconstrução e, posteriormente, do crescimento dos anos 60, o problema central colocado ao Estado organizador territorial era a repartição dos empregos disponíveis e não a criação de atividade. As políticas públicas focalizaram, portanto, a redução das desigualdades de desenvolvimento através de procedimentos de deslocamento. Essas práticas marcaram a paisagem industrial.

Embora se possa contestar a eficácia dessas medidas de organização territorial⁸, estas são reveladoras de uma concepção que tende a negar a realidade e a autonomia

⁸ Cerca de 400.000 empregos deslocados no oeste da França, conforme X. Greffe (1989).

relativa dos territórios infranacionais. O que, é claro, não é favorável ao desenvolvimento dos SIL. Na lógica dos organizadores franceses, há uma identificação Estado-Nação-Território Nacional que reduz a ação sobre o território a uma projeção de um plano sobre um espaço inerte.

"O território será o suporte de funções setoriais. Recorta-se assim o Território em **funções** e em **locais de problemas**, que se pensa poderem ser resolvidos especificamente, imaginando-se, ainda por cima, que essa adição de operações configura uma política homogênea e coerente. A funcionalização e o zoneamento tornam-se as palavras-chave que substituem Território, ao mesmo tempo em que lhe dão um conteúdo, uma realidade, em suma, uma existência." (LACOUR, 1985).

Um exemplo emblemático dessa concepção e de suas conseqüências foi analisado por um sociólogo, B. Paillart (1981).

Esse autor descreveu a cronologia da elaboração e da execução do projeto de organização territorial de Fos-sur-Mer e estudou as conseqüências da aplicação do projeto sobre o tecido local. O deserto da Crau oferecia um espaço considerado como um vazio. As metáforas freqüentemente empregadas a propósito de Fos (nova fronteira, espaço virgem) ilustram bem a desconsideração dos organizadores para com os atores locais. Nesse clima de epopéia positivista, a iniciativa sai das mãos da região e concentra-se nas de organismos do Estado. Em janeiro de 1967, criou-se o OREAM encarregado de elaborar o esquema diretivo da organização territorial do local. O sindicato misto, fundado pelas comunas concernidas, foi descartado; as coletividades locais foram apresentadas em um comitê de coordenação ligado ao OREAM, mas têm voto apenas consultativo. Para B. Paillart, "(...) o canteiro de obras de Fos permitiu o avassalamento da economia local em benefício de grupos para quem a região é apenas uma província remota, já quase uma colônia".

Houve, portanto, historicamente, conflito entre cultura local e enxerto jacobino. As oposições Estado *versus* coletividade local marcam a crônica dos decretos do Conselho de Estado desde o início do século.⁹

Encontram-se atualmente traços do contraste entre a lógica de Estado e a lógica dos territórios no seio da paisagem francesa. O departamento da Vendée oferece uma ilustração clara a esse respeito.

Há duas Vendée: o bocage¹⁰ e o sul. O bocage, centrado em torno dos Herbiers, constitui um SIL nel sentido em que definimos anteriormente. Essa zona é contígua ao Cholet. A base cultural é a mesma: trata-se da Vendée militar insurgida contra a Primeira República.

No coração do bocage, os Herbiers formam, com Mortagne e Verrie, um pequeno grupo de comunas, onde o número de assalariados é amplamente superior ao número de ativos residentes. Cada vilarejo possui sua fábrica. Nos Herbies, contam-se mais de

⁹ Sobre o socialismo municipal do fim do século XIX, consultar A. Zevaes (1947).

¹⁰ Tipo de paisagem característica do oeste da França, formada de prados cercados por arvoredos (N.T.).

6.000 empregos assalariados para uma população total de 14.000 habitantes. Mais de 40 PME aí se concentram na construção náutica, na confecção, no mobiliário e nos transportes. O SIL do bocage encontra seu dinamismo na densidade das redes familiares (a maior parte das PME são familiares) e na identidade cultural que amalgama a população. Os êxitos, como o espetáculo do Puy du Fou ou a rádio local **Alouette**, atestam o forte laço que une as esferas cultural, social e econômica.

O sul do departamento oferece a imagem inversa de uma zona extrovertida e dependente, objeto da solicitude estatal. A Roche-Sur-Yon foi investida, em 1804, como centro administrativo do departamento para pacificar a Vendée (ela própria desmembrada em quatro departamentos: o Maine e Loire, a Loire Atlantique, a Vendée e as Deux Sèvres). É uma cidade administrativa, contruída com régua e compasso por engenheiros militares. O sul do departamento, essencialmente voltado para a pecuária (primeiro produtor de carne bovina na França), é pouco industrializado. Ele se beneficiou do enxerto jacobino representado pelas implantações de Esswein, filial de Thomson, Atlantic (convectores) e Sepro (robótica), filiais do grupo SFDT ou, ainda, de um estabelecimento Michelin e de uma unidade têxtil de Bidermann.

No primeiro caso, o dinamismo industrial construiu-se à margem (para não dizer contra) da ação do Estado organizador, enquanto, no segundo, as dependências em relação aos deslocamentos são muito mais importante.

As políticas estatais de organização industrial, ao criarem os empregos, aparecem hoje em dia como muito melhor adaptadas ao período de crescimento relativamente estável dos anos 60 — onde a questão da repartição primava sobre a questão da produção — do que ao período de crise e de mutação subsequente, quando as capacidades endógenas de adaptação aos abalos externos se mostraram determinantes na maior parte dos casos.

Renovar as políticas públicas

Três evoluções recentes põem em questão as práticas públicas do Estado central:

- a construção européia implementa disposições regulamentares que tendem a se impor aos Estados-nação;
- a internacionalização das trocas, ao se acelerarem, aumenta as dependências diretas das empresas (independentemente de seu porte) em relação aos mercados internacionais, tornando, dessa forma, mais aleatória a mediação estatal;
- o movimento de descentralização encetado em 1982 parece irreversível. As cidades e suas aglomerações constituem hoje novos locais de poder e de ação econômica em busca de uma autonomia relativa.

A resposta imediata a essas evoluções por parte do Estado foi a contratualização. Há um vasto espaço de reflexão para avançar mais.

As coletividades territoriais promovem hoje políticas de animação econômica local. Essas políticas partem da idéia de que a promoção da empresa sem a promoção de seu meio ambiente não é eficaz. Em relação aos grandes grupos, cujos centros de

decisão estão concentrados na região parisiense ou no Exterior, os políticos locais têm pouca ascendência. Em compensação, eles podem jogar com a carta da revitalização dos sistemas de PME. Em primeiro lugar, a demanda que emana das PME se exprime sob a forma de uma necessidade de informação e de formação. Em seguida, o desenvolvimento dos setores que utilizam tecnologias novas requer uma coordenação das relações entre formação, pesquisa e produção industrial. Globalmente, a ação dos poderes locais vai deslocar-se para o terreno da prestação de serviço às empresas. As coletividades territoriais dispõem de estruturas diretamente encarregadas de fornecer esses serviços. As principais cidades francesas dotaram-se de serviços municipais na área da economia. A missão desses serviços define-se por cinco grandes objetivos: conhecer o meio econômico urbano, promover a cidade e fazer prospecção junto a empresas novas, defender e desenvolver o emprego, proporcionar uma consistência às empresas e acompanhar as ações operacionais da cidade.

Em nível departamental, esse papel é desempenhado pelos comitês de expansão. Financiados, em grande parte, pelos conselhos gerais, eles foram — e continuam ainda a ser — os especialistas da ajuda às infra-estruturas, da acolhida às empresas, da imagem de marca do departamento e da assistência técnica junto ao Conselho Geral para tratar dos dossiês de subvenção às empresas. Mais recentemente, os comitês de expansão desenvolvem ações de aconselhamento para a criação e a gestão de empresas voltadas para a melhoria dos intercâmbios de informações. Assim, graças à iniciativa de certos comitês de expansão, nasceram as "Casas da Economia" (ver, principalmente, em Annemasse, na Alta Savóia, ou em Saint-André de Sangonis, no Hérault). Essas estruturas de acolhida visam tornar visíveis e inteligíveis para a sociedade local as estruturas e os atores econômicos locais e sistematizar, para torná-las mais eficazes, as relações entre parceiros econômicos locais.

O "viveiro" de empresas aparece como a realização-tipo das coletividades territoriais em sua pesquisa de animação econômica. Podem-se distinguir três formas de "viveiro":

- o gabinete de empresas, que propõe serviços correntes — secretariado, central telefônica, fotocópia, recebimento de mensagens, salas de reunião, etc.;
- o "viveiro" *stricto sensu*, que acrescenta a esses serviços um dispositivo de conselhos (contábeis, jurídicos, financeiros, comerciais) para as empresas;
- o "viveiro" tecnológico (ou centro de apoio tecnológico), que acrescenta aos dois primeiros níveis um aporte tecnológico para criar novos produtos, testá-los, realizar protótipos, explorar as patentes. Este último tipo apóia-se freqüentemente em uma universidade ou escola superior, enquanto os dois primeiros derivam, de modo geral, unicamente da iniciativa das comunidades locais e das câmaras de comércio.

O Estado tem, por sua parte, um espaço de ação específica a preencher.

A missão de enquadramento não poderia limitar-se, portanto, ao exercício, todavia indispensável, de gestão dos grandes equilíbrios macroeconômicos. O Estado deve operar uma verdadeira mudança na forma de encarar as estruturas da produção nacional. Para que o desenvolvimento local não seja mais somente admitido como uma realidade marginal, mas torne-se um verdadeiro desafio, o Estado central deve definir claramente seu papel junto às coletividades territoriais.

Existem esferas privilegiadas para as quais o âmbito nacional parece ser o bom nível de eficácia. O relatório Guichard (1986) propõe quatro esferas que representam desafios a nível nacional: o fato parisiense e o equilíbrio entre região parisiense e resto do país; o apoio ao desenvolvimento das metrópoles de dimensão européia; a organização do espaço rural; e as grandes infra-estruturas de comunicação. Essas esferas são os âmbitos ideais para a aplicação de políticas contratuais com as coletividades territoriais.

Por outro lado, o emaranhado inextrincável dos procedimentos de ajuda econômica torna obscura e aleatória sua utilização. A "aplicação" do conjunto do dispositivo constitui uma outra tarefa reservada ao poder central. A lógica econômica da ajuda deve evoluir na direção de menos indenização e de mais despesas ativas de subsídios à criação de empregos e à reinserção social. A criação de um aparelho estatístico adaptado aos dinamismos locais constitui igualmente um objetivo na retomada das políticas estatais. Com efeito, a ação econômica local está subordinada a uma boa capacidade de diagnóstico dos potenciais de um território. Ora, atualmente os dados disponíveis são essencialmente setoriais e macroeconômicos. Não se conhece praticamente nada, por exemplo, da demografia das pequenas empresas (número e taxa de criação e de desaparecimento), quando se focaliza um nível de observação menor do que a região. Num exemplo oposto, a Espanha não dispõe de um instituto de estatísticas centralizado com tão bom desempenho quanto o francês INSEE, mas multiplica os estudos locais a fim de se dotar de um instrumento de diagnóstico muito mais fino.

Enfim, na competição entre os territórios, as coletividades territoriais podem encetar políticas sociais pontuais, mas unicamente o Estado pode garantir a correção das grandes desigualdades que não deixarão de resultar dessa competição.

Uma verdadeira política nacional de desenvolvimento local não pode ser redirecionada no âmbito de um ministério. Ela não pode ser centralizada no sentido em que se compreendia, ainda há poucos anos, as políticas de organização do território. A ação do Estado deve sair do dilema do controle ou do abandono do terreno local. Ela deve articular-se com a ação dos outros parceiros. Cabe ao Estado, essencialmente, uma tarefa de sensibilização e de mobilização geral das energias criadoras do país.

Bibliografia

- AYDOLOT, P. (1985). *Trajectoires technologiques et modèles régionaux d'innovations*. Gremi.
- BALLIGAND, J. P., MAQUEART, D. (1990). *La fin du territoire jacobin*. Paris: Albin Michel.
- BAROIN, D., FRACHEBOUD, P. (1983). *Les PME en Europe et leur contribution à l'emploi: notes et études documentaires*. *Documentation Française*. n.4715-4716, avr.
- BERGER, A et al. (1989). *La revanche du sud*. Paris: L'Harmattan.

- BORAN, P., SWEEZY, P. (1970). **Le capitalisme monopoliste**. Paris: Maspero.
- BRUNET, R., SALLOIS, J., org. (1986). **France: les dynamiques du territoire**. Datar-Reclus.
- CARRÉ, J. J., DUBOIS, P., MILINVAUD, E. (1972). **Abregé de la croissance française**. Paris: Seuil. 2.pt., cap.14.
- ECONOMIE ET STATISTIQUE (1990). Paris: INSEE, n.230, mars.
- GRAVIER, J. F. (1947). **Paris et le désert français**. Le Portulan.
- GREFFE, X. (1989). **Territoires en France**. Paris: Economica.
- GUEGAN, J. C., ROUSIER, N. (1989). Sur l'organisation territoriale de l'industrie française, note de recherche. **IREPD**. Grenobole.
- GUICHARD, O. (1986). Propositions pour l'aménagement du territoire. **La Documentation Française**. nov.
- HOUSSEL, J. P. (1983). L'industrialisation spontanée dans la région de Valence (Espagne). **Cahiers Nantais**. n.22, jan.
- HOUSSEL, J. P. (1984). L'industrialisation spontanée face à la crise de 1973 en Europe Occidentale. **Revue de Géographie de Lyon**. v.59, n.4.
- KERN, H., SCHUMANN, M. (1989). **La fin de la division du travail**. Paris: Maison des Sciences de l'Homme.
- LACOUR, C. (1985). De l'aménagement du territoire au développement des territoires. In: **RÉGION et aménagement du territoire**, mélanges offerts au doyen Lajugie. Bordeaux: Bière.
- LINHART, R. (1978). **L'établi**. Paris: Minit.
- LORINO, Ph. (1989). **L'économiste et le manager**. Paris: La Découverte.
- MESSINE, Ph. (1987). **Les saturniens**. Paris: La Découverte.
- MINGUET, G. (1985). **Naissance de l'Anjou industriel**. Paris: L'Harmattan.
- PAILLIART, B. (1981). **La damnation de fos**. Paris: Seuil.
- PARODI, M. (1981). **L'économie et la société française depuis 1945**. Paris: Armand Colin.
- PECQUEUR, B. (1989). **Le développement local: mode ou modèle?** Paris: Syros.
- STOFFAS, C. (1978). **La grande menace industrielle**. Paris: Calmann-Levy.
- ZEVAES, A. (1947). **Histoire du socialisme e du comunisme en France de 1871 à 1947**. Paris: France Empire.

Abstract

The purpose of this evaluation of the LIS's in France is to show the linkages between that country's industrial structure and their distribution inside the national territory. From those linkages depend: (1) the conditions for the diffusion of technological and organizational innovations, (2) the level of flexibility and/or adaptation of french industry regarding the process of european integration and the internationalization of exchange relationships and, lastly, (3) the industries in which gains of productivity will occur.

French industrialization is discussed in three topics. In the first are defined the main characteristics of the spatial formation of the french industries where the LIS's are located. In the second the weight, the form and the perspectives of those LIS's in France are evaluated. In the third are presented some hypotheses about France's specificity, in regard to the historical formation of its industrial scenario, considering its structure and distribution.